

Balço Patrimonial em 30 de Junho - (Em milhares de reais)

	2011	2010
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>549.925</b>	<b>681.196</b>
Disponibilidades	6	2
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)</b>	<b>235.400</b>	<b>50.957</b>
Aplicações no mercado aberto	20.215	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	215.185	50.957
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 5 e 6)</b>	<b>87.392</b>	<b>181.311</b>
Carteira própria	87.392	173.191
Vinculados à prestação de garantias	-	8.120
<b>Outros créditos</b>	<b>227.002</b>	<b>448.808</b>
Rendas a receber	248	94
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	224.204	446.050
Diversos (Nota 8)	2.550	2.664
<b>Outros valores e bens</b>	<b>125</b>	<b>118</b>
Despesas antecipadas	125	118
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>4.417</b>	<b>27.971</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)</b>	<b>-</b>	<b>23.991</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	23.991
<b>Outros créditos</b>	<b>4.417</b>	<b>3.980</b>
Diversos (Nota 8)	4.417	3.980
<b>Permanente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos (Nota 12)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros investimentos	-	25
(-) Provisão para perdas	-	(25)
<b>Total do ativo</b>	<b>554.342</b>	<b>709.167</b>

	2011	2010
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>248.382</b>	<b>467.642</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>248.382</b>	<b>467.642</b>
Sociais e estatutárias (Nota 8)	-	153
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	17.410	13.945
Negociação e intermediação de valores (Nota 7)	224.030	446.911
Diversas (Notas 8 e 9)	6.942	6.633
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>2.312</b>	<b>1.740</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>2.312</b>	<b>1.740</b>
Fiscais e previdenciárias (Notas 8 e 9)	712	1.532
Diversas (Notas 8 e 9)	1.600	208
<b>Patrimônio líquido (Nota 13)</b>	<b>303.648</b>	<b>239.785</b>
Capital social	195.622	165.622
De domiciliados no País	195.622	165.622
Reservas de capital	561	561
Reservas de lucros	78.843	49.399
Lucros acumulados	28.622	24.203
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>554.342</b>	<b>709.167</b>

Demonstração do resultado - Semestres Findos em 30 de Junho  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2011	2010
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>16.020</b>	<b>10.048</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.020	10.053
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(5)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>16.020</b>	<b>10.048</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>34.207</b>	<b>32.430</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 10)	53.471	51.783
Despesas de pessoal	(11.690)	(10.083)
Outras despesas administrativas (Nota 15 a)	(2.112)	(2.528)
Despesas tributárias	(4.227)	(5.056)
Outras receitas operacionais	396	147
Outras despesas operacionais (Nota 15 b)	(1.631)	(1.833)
<b>Resultado operacional</b>	<b>50.227</b>	<b>42.478</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>50.227</b>	<b>42.478</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)</b>	<b>(20.099)</b>	<b>(17.001)</b>
Provisão para imposto de renda	(11.655)	(9.631)
Provisão para contribuição social	(7.000)	(5.786)
Ativo fiscal diferido	(1.444)	(1.584)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>30.128</b>	<b>25.477</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>7.551.365</b>	<b>7.551.365</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>	<b>3,99</b>	<b>3,37</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestres Findos em 30 de Junho  
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>107.317</b>	<b>18.305</b>	<b>561</b>	<b>16.541</b>	<b>71.584</b>	<b>214.308</b>
Aumento de capital (Nota 12)	58.305	(18.305)	-	-	(40.000)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	25.477
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.274	-	(1.274)
<b>Em 30 de junho de 2010</b>	<b>165.622</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>17.815</b>	<b>31.584</b>	<b>239.785</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>165.622</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>19.502</b>	<b>87.835</b>	<b>273.520</b>
Aumento de capital (Nota 12)	30.000	-	-	-	(30.000)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	30.128
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.506	-	(1.506)
<b>Em 30 de junho de 2011</b>	<b>195.622</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>21.008</b>	<b>57.835</b>	<b>303.648</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2011 e de 2010  
(Em milhares de reais (exceto onde indicado))

**1. Contexto operacional** - A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis do J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. foram aprovadas pela Administração em 17 de agosto de 2011.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(f) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2011, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(g) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 215.185 (2010 - R\$ 50.957) realizado com empresas do grupo com vencimento em julho de 2011 e janeiro de 2012 e aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 20.215.

**5. Títulos e valores mobiliários**  
**(a) Classificação e composição da carteira**

	Valor de curva	Perdas não realizadas	Valor de mercado 2011	Valor de mercado 2010
<b>Títulos para negociação</b>				
Carteira própria	87.391	1	87.392	173.191
• LFT	87.254	(3)	87.251	170.651
• Ações	137	4	141	2.540
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	8.120
• LFT	-	-	-	8.120
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>87.391</b>	<b>1</b>	<b>87.392</b>	<b>181.311</b>

**(b) Composição por prazos de vencimentos**

	Sem vencimento	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	141	-	29.068	15.374	42.809	87.392
<b>Total da carteira - 2011</b>	<b>141</b>	<b>-</b>	<b>29.068</b>	<b>15.374</b>	<b>42.809</b>	<b>87.392</b>
<b>Total da carteira - 2010</b>	<b>2.540</b>	<b>67.816</b>	<b>78.724</b>	<b>23.945</b>	<b>8.286</b>	<b>181.311</b>

**6. Instrumentos financeiros derivativos** - As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo J.P. Morgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O "VaR - Value at Risk" e os cálculos de "stress" são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. Em 30 de junho de 2011 e de 2010, a instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**7. Negociação e intermediação de valores**

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	4.172	934	-	50.785
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	220.032	222.956	446.050	396.126
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	140	-	-
<b>Total</b>	<b>224.204</b>	<b>224.030</b>	<b>446.050</b>	<b>446.911</b>

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em "Devedores/credores - Conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações. **8. Outros créditos e outras obrigações** - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.735 (2010 - R\$ 3.509) (Nota 9 (a1)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 2.826 (2010 - R\$ 2.382) (Nota 11). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 15.386 (2010 - R\$ 13.945), e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.664 (2010 - R\$ 1.532) (Nota 9 (a2)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 6.781 (2010 - R\$ 5.793), provisão para processos trabalhistas no valor de R\$ 567 e provisão para outras ações judiciais no montante de R\$ 227 (2010 - R\$ 208). **9. Passivos contingentes e obrigações legais** - As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

**a. Provisões constituídas**

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2011	2010	2011	2010
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais	3.478	3.301	1.664	1.532
Trabalhistas	30	-	567	-
Outras	227	208	227	208
<b>Total</b>	<b>3.735</b>	<b>3.509</b>	<b>2.458</b>	<b>1.740</b>

  

	Fiscais e previdenciárias		Total em	
	Obrigações legais	Trabalhistas	Outras	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.596</b>	<b>539</b>	<b>218</b>	<b>2.353</b>
Despesas financeiras	-	-	-	-
- juros	68	28	9	105
<b>Saldo final</b>	<b>1.664</b>	<b>567</b>	<b>227</b>	<b>2.458</b>

**A Diretoria**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
**J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**  
Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
São Paulo, 17 de agosto de 2011  
**Marianthe Gabriades** - Contadora CRC 1SP185296/O-0  
**Douglas Souza de Oliveira** - Contador CRC 1SP191325/O-0